

DOCUMENTO
DE TRABALHO
02 / 02

A desigualdade no acesso ao ensino superior. Observações preliminares sobre os afro-descendentes

Helena Sampaio

Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior
da Universidade de São Paulo

NUPES

Núcleo de Pesquisas
sobre Ensino Superior

Universidade de São Paulo

A desigualdade no acesso ao ensino superior.
Observações preliminares sobre os afro-descendentes

Trabalho realizado pela pesquisadora Helena Sampaio com
a colaboração da equipe do NUPES

Equipe do NUPES

Coordenação

Carolina M. Bori
Eunice R. Durham

Coordenação

Carolina M. Bori

Auxiliar Técnico

Regina dos Santos

Auxiliares Administrativos

Edgard T. Maurer
Josino R. Neto

A desigualdade no acesso ao ensino superior.
Observações preliminares sobre
os afro-descendentes

Helena Sampaio

Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior
da Universidade de São Paulo

A DESIGUALDADE NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES SOBRE OS AFRO-DESCENDENTES

Helena Sampaio*

O interesse em conhecer o estudante universitário não é de hoje, embora se torne cada vez mais freqüente no Brasil¹. E isso certamente tem a ver, por um lado, com a ampliação e diversificação do público universitário nos últimos anos. De fato, entre 1994 e 1999 as matrículas no ensino superior cresceram 43,1%, passando de 1.661.034 para 2.377.715 milhões (Ministério da Educação, *Sinopse Estatística do Ensino Superior*, 2000). Por outro lado, esta mesma ampliação e diversificação ainda são relativas, pois continuam a ser excluídos do sistema universitário cerca de 85% dos jovens em idade de cursar este nível de ensino. Em termos de inclusão racial, apenas 2% dos jovens negros entre 18 e 24 anos são admitidos neste sistema (Henriques, 2001).

Nesse contexto, buscar conhecer o estudante universitário faz parte de uma espécie de *revival* do tema da democratização da universidade, entendida, agora, mais como democratização do acesso do que como democratização da gestão, tema que foi de fundamental importância para a resistência da comunidade acadêmica durante os anos de governos militares. Curiosamente, na entrada do século XXI, aproximamos-nos dos debates que se travavam no início dos anos sessenta em torno de como incluir mais jovens na universidade, debate este que, em razão do golpe militar de 1964, fora interrompido e substituído, tanto no âmbito da universidade como fora dela, pela premência da democratização da gestão e dos governos (Durham, 2002).

Uma política de democratização do acesso que seja viável e eficaz depende de uma análise da situação atual, levando em consideração o perfil socioeconômico dos estudantes universitários e sua origem étnica. Particularmente relevante é a questão dos afro-descendentes que constituem parcela considerável dos excluídos do ensino superior. A

* Pesquisadora Colaboradora do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo.

¹ Foracchi, M. (1968); Cardoso, R. C. L. e Sampaio, H. (1984); Universidade Federal de Minas Gerais; Coordenadoria de Assistência Social Acadêmico Juventude Universitária.

apresentação e análise desses dados visam contribuir não só para a compreensão da situação de exclusão da grande maioria dos jovens do sistema de ensino superior brasileiro, como, especialmente, para a discussão e encaminhamento de questões muito concretas que poderiam levar a um melhor equacionamento do problema do acesso e o da permanência dos alunos pobres e negros à Universidade.

Ampliação e diversificação

Da perspectiva do sistema de ensino superior, houve efetivamente um aumento significativo no número de vagas nos últimos anos. Só em 1999, por exemplo, o número de vagas cresceu 11% em relação ao ano anterior, um dos maiores índices desde a década de 80, o que representou um acréscimo de 251.757 novas vagas no sistema (Ministério da Educação, 2001). Esse crescimento, contudo, não se deu de forma equilibrada entre o setor público e o privado; pois a participação da ampliação de vagas nas instituições particulares tem sido mais acelerada do que as instituições públicas; enquanto as instituições federais são responsáveis por cerca de 30% das vagas, o percentual das instituições particulares chega a quase 70%. Desta ampliação destaca-se, entretanto, as Regiões Sul e Sudeste, onde se concentra grande parte da oferta e da demanda de ensino superior².

A ampliação do número de vagas no ensino superior não é apenas de ordem quantitativa, mas tem ocorrido de forma desconcentrada e mais diversificada. Em relação a esses aspectos, seguindo o mapa da demanda, a ampliação da oferta não só tem alcançado regiões interioranas dos Estados, principalmente das Regiões Sul e Sudeste, como também tem se dado mediante a criação de novos e menos convencionais cursos de nível superior em um processo caracterizado por Sampaio como de “fragmentação das carreiras” de nível superior (Sampaio, Limongi e Torres, 2000).

Todavia, embora se constatem algumas inovações nessa expansão recente do ensino superior, a concentração da oferta de vagas ainda está na área de Humanidades, o que certamente se liga ao menor custo de implantação dos cursos dessa área comparativamente às Tecnológicas e às da Saúde. Nessa tendência, destaca-se, principalmente, o curso de Administração; este curso foi o que obteve maior número de pedidos por parte das instituições

²“Cursos se concentram em poucos Estados”, *Folha de São Paulo*, 30/01/00; “Particulares ampliam vagas mais rápidos”, *Folha de São Paulo*, 20/06/2000; “Ensino superior cresce torto”, *Folha de São Paulo*, 30/01/00; “Interior vive ebulição das universidades”; *Zero Hora*, 13/01/02, Porto Alegre - RS.

de ensino superior para ter aumentado o número de vagas oferecidas³; nas áreas de Exatas, destacam-se Informática/Ciências da Computação e Ciências Contábeis. Ao lado desta tendência mais conservadora, observa-se também o aumento do número de vagas em cursos como Turismo, Hotelaria, Comunicação Social, Moda, entre outros, como ocorre no Estado de São Paulo⁴.

Tratando-se, contudo, do contingente de jovens em idade de ingressar no ensino superior, toda essa ampliação e tentativa de diversificar o sistema de ensino superior parecem insuficientes. Grande parcela da população brasileira em idade universitária ainda não tem acesso a esse nível de ensino.

No Brasil, conforme notam vários estudos (Barros, R.P.; Henriques, R. e Mendonça, 2002; Barros, Henriques e Mendonça, 2001; Barros, R.P. Mendonça, R.; Santos, D.D. e Quintaes, G. 2001; Ramos e Vieira, 2001; Pastore e Silva, 2001), embora a educação seja responsável pelo principal movimento na escala socioeconômica, a distribuição das oportunidades educacionais é ainda muito desigual, o que acaba restringindo a bem poucos a experiência da mobilidade. E o quadro se agrava quando se considera a trajetória de mobilidade educacional dos negros e dos pardos no país. De acordo com o estudo de Sampaio e col. (2000), embora os filhos tendam a ter, em média, mais anos de escolaridade que seus pais, jovens negros e pardos ganham, na comparação com seus pais, menos anos de escolaridade que os jovens brancos em relação aos seus.

De acordo com Pastore e Silva (2001), até os anos 70, a movimentação na escala social era quase sinônimo de ascensão. E assim se apresentava, segundo os autores, devido às oportunidades abertas por mudanças na estrutura econômica, como a urbanização crescente, a ampliação do parque industrial e o crescimento do setor de serviços. Hoje, em contraste, ainda de acordo com Pastore e Silva (2001), constatam-se dois fenômenos associados: de um lado, pouco dinamismo na criação de oportunidades de trabalho; de outro, um mercado cada vez mais exigente em termos de qualificação de pessoal. Os autores fazem observar, entretanto, que essa exigência do mercado nem sempre está associada à natureza do trabalho nas vagas disponíveis, mas em grande parte ela decorre do próprio desequilíbrio na relação

³ Para se ter uma idéia, só no ano de 1999, foram 15,4 mil novas vagas abertas neste curso de um total de 33 mil novas vagas autorizadas pelo Governo nos últimos cinco anos (“Ministério aprovou mais vagas em 99”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30/01/00 e “Administração domina 3º grau”, *Estado de Minas*, 20/01/2002). No Estado de São Paulo, entre 10 novas faculdades, nove oferecem o curso de Administração, “De dez novas faculdades, nove têm Administração”, *Jornal da Tarde*, 12/04/00.

⁴ Ver: “Ensino superior cresce torto”, *Folha de São Paulo*, 30/01/00; “Ministério aprovou mais vagas em 99”, *São Paulo*, 30/01/00; “Cursos se concentram em poucos Estados” 31/01/00.

oferta e demanda de mão-de-obra. Nesse cenário, os recrutadores tendem a elevar os requisitos para a contratação e a educação formal acaba se impondo como um diferencial cada vez mais importante.

De fato, dados do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico para a década de 90 revela um Brasil com mais escolaridade, mas ainda longe de superar as desigualdades sociais. Na década de 90, por exemplo, o rendimento dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres cresceu 38%; os mais ricos passaram de 13,3 salários mínimos para 18,4 e os mais pobres, da fração de 0,7 salário mínimo para 0,9, o que acaba por manter inalterada a elevada concentração da renda na sociedade brasileira. Neste mesmo período, a escolaridade média dos jovens de 15 a 24 anos aumentou 1,2 anos e a proporção de trabalhadores nesta faixa etária diminuiu de quase 60%, em 1992, para cerca da metade, em 1999. Essa redução na taxa de ocupação pode ser resultado tanto de uma opção dos jovens pelos estudos como das dificuldades do próprio mercado em absorvê-los. O número de adolescentes que trabalham e estudam cresceu em torno de 10% no mesmo período. A velocidade de escolarização é maior entre jovens de 20 a 24 anos; para se ter uma idéia, no período de 1992 a 1999, a taxa de crescimento foi de pouco mais de cinquenta por cento, passando de 16,9% para 25,5% (Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico, 2001).

Educação e desigualdade racial

Os avanços constatados na taxa de escolarização e na de rendimento escolar não alteram significativamente o quadro de desigualdade racial no país. Embora a taxa de analfabetismo tenha diminuído sensivelmente para todos os grupos, ela é ainda mais elevada para negros e pardos (20%) do que para brancos (8,3%) (Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico, 2001).

Tabela 1: Características educacionais da população jovem segundo a cor – Brasil 1992 –1999 (em porcentagem)

	Ano							Variação relativa
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
<i>Brasil</i>								
Pessoas de 15 a 25 anos analfabetas	8,8	8,3	7,3	6,6	6,5	5,5	5,0	-42,8
Pessoas de 18 a 25 anos que não freqüentaram a escola	79,1	77,0	75,0	73,6	72,7	70,1	68,4	-13,5
Pessoas de 18 a 23 anos que ainda não completaram o ensino secundário	83,6	83,0	81,1	79,5	78,0	75,7	73,2	-12,5
Pessoas de 18 a 25 anos que ainda não ingressaram no ensino superior	95,0	94,8	94,1	94,1	93,8	93,2	92,9	-2,2
<i>Branco</i>								
Pessoas de 15 a 25 anos analfabetas	4,5	4,1	3,7	3,3	3,1	2,7	2,6	-42,4
Pessoas de 18 a 25 anos que não freqüentaram a escola	76,6	75,0	72,9	71,1	70,5	67,7	66,7	-12,9
Pessoas de 18 a 23 anos que ainda não completaram o ensino secundário	77,2	76,1	73,5	71,6	69,2	66,6	63,1	-18,2
Pessoas de 18 a 25 anos que ainda não ingressaram no ensino superior	92,0	91,7	90,8	90,6	90,1	89,2	88,8	-3,5
<i>Negros*</i>								
Pessoas de 15 a 25 anos analfabetas	13,4	12,8	11,3	10,3	10,1	8,6	7,6	-43,3
Pessoas de 18 a 25 anos que não freqüentaram a escola	81,9	79,4	77,6	76,6	75,3	72,9	70,4	-14,0
Pessoas de 18 a 23 anos que ainda não completaram o ensino secundário	90,9	90,8	89,8	88,6	87,7	86,2	84,4	-7,2
Pessoas de 18 a 25 anos que ainda não ingressaram no ensino superior	98,5	98,5	98,1	98,2	98,1	98,0	97,7	-0,7

Fonte: Tabela elaborada com base em dados de Henriques, Ricardo (2001).

* A população negra é composta por pardos e pretos.

A Tabela 1 apresenta especificamente as características educacionais da população entre 15 e 25 anos no Brasil. O que ela mostra, de saída, é que o percentual de analfabetos entre 15 e 25 anos diminuiu de 8,8% para 5,0%, entre 1992 e 1999. Indica também que a diminuição da taxa de analfabetos, nesta faixa de idade, foi quase da mesma grandeza entre os brancos e os negros, apesar de o índice ainda se manter mais elevado entre estes últimos.

Mesmo que o aumento do número de anos de estudo tenha sido geral – a população como um todo apresentou um ano a mais de estudo de 1992 a 1999 – a comparação por cor aponta para uma diferença de dois anos de estudo, em média, separando negros (4,5 anos) e pardos (4,6) de brancos (6,7). Uma vez que esses patamares têm-se mantido historicamente inferiores para negros e pardos, certamente o aumento de um ano de estudo no total revela-se mais significativo para estes grupos. No Nordeste, por exemplo, esse ganho correspondeu a um aumento de quase 50% nos anos médios de estudo dos negros e de mais de 25% nos anos de estudo dos pardos (Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico, 2001).

Na década 90, houve também uma diminuição no número de famílias vivendo com até meio salário mínimo *per capita*, mas, em 1999, ainda se encontrava nessa situação mais de um quarto das famílias negras, cerca de 30% das famílias pardas e cerca de 13% das brancas. Nesse quadro, até mesmo o impacto do aumento da escolaridade é menor para negros e pardos. Assim, por exemplo, entre 1992 e 1999, enquanto o aumento de um ano de estudo correspondeu a uma elevação de 1,2 salários no rendimento de brancos, no de negros e no de pardos foi de meio salário. A posição na ocupação também se manteve inalterada na década, com mais negros e pardos (14,6% e 8,4% respectivamente) no emprego doméstico do que brancos (6,1%); em contrapartida, mais brancos (5,7%) do que negros e pardos (cerca de 1% e 2% respectivamente) entre os empregadores (Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico, 2001).

Desigualdade social e racial e ensino superior

Embora mais de 40% da juventude brasileira entre 18 e 24 anos seja constituída por negros ou pardos, os que estão no ensino superior, nesta faixa etária, conforme já indicamos, são apenas 2%. Com efeito, de acordo com os dados da Tabela 1, anteriormente apresentada, os percentuais de não concluintes do ensino médio e de não ingressantes ao ensino superior na faixa de 18 a 25 anos mantêm-se bem mais elevados entre os jovens negros do que entre os brancos.

Não resta dúvida de que a expansão que está ocorrendo no sistema de ensino superior, liderada em grande medida pelo setor privado, ainda parece contribuir muito pouco para a inclusão dos jovens negros e pardos neste nível de ensino, embora houvesse melhoria no período. Neste contexto, com efeito, o problema da desigualdade de oportunidades educacionais para pobres, negros e pardos freqüentemente tende a se inscrever no âmbito da discussão acerca da elitização das universidades públicas.

Assim, boa parte dos artigos e matérias constantes da mídia que tratam de questões relativas à desigualdade social e, em especial, da exclusão histórica dos negros e pardos do ensino superior, tem destacado a alternativa de se instituir cotas para estudantes pobres e/ou negros (ou afro-descendentes) nestas instituições.

Sabemos que o problema da iniquidade racial na educação é secular. Se, nos últimos anos, esta questão tem sobressaído da agenda do ensino superior, ganhado cada vez mais repercussão nacional e internacional⁵, felizmente, é porque, ao lado do crescimento dos movimentos étnicos por direitos civis, houve real aumento da demanda de vagas neste nível superior de ensino por parte da população afro-descendente. E a ampliação da demanda provoca também reivindicações diversificadas. Em outros termos, o modo como a questão do acesso dos negros ao ensino superior apresenta-se e vem sendo enfrentada no debate público é bastante plural, pois traduz diferentes leituras da exclusão racial as quais estão disponíveis na sociedade brasileira. Nesse quadro, não surpreende que enfeixe vários e por vezes até antagônicos encaminhamentos e propostas de políticas por parte de representantes das diversas organizações e movimentos de afro-descendentes⁶.

É possível identificar no debate contemporâneo pelo menos três grupos de proposições para o enfrentamento da desigualdade de acesso ao ensino superior.

O primeiro grupo, certamente mais polêmico e com maior divulgação na mídia, representa as propostas de instituição de cotas, com as variações em torno do percentual que e

⁵ Na Conferência das Nações Unidas contra o racismo realizada, em setembro de 2001, na África do Sul, Brasil e Quênia foram indicados para presidir o grupo de socorro montado para ajudar nas negociações sobre as reparações pela escravidão. O representante brasileiro, Gilberto Sabóia, afirmava na ocasião que o Brasil iria apresentar propostas de conciliação (como o pedido de desculpas genérico pelos fatos passados). Na questão sobre as políticas compensatórias, Sabóia disse que o Brasil defendia compensações por meio de políticas públicas, mas sem indenizações. “Brasil lidera comissão que negocia acordo”, *Folha de São Paulo*, 04/09/2001.

⁶ Negros divergem sobre cotas”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 de dezembro 2001; “Reserva de vagas, só com R\$ 10 milhões”, *O Globo*, 20/12/01; “Cotas sobre Cotas”, *Folha de São Paulo*, 13/12/01

estinaria aos afro-descendentes - negros e pardos. O percentual de cotas, nessas propostas, chega a variar de 20% até 40% das vagas em universidades públicas para a população negra⁷.

O segundo grupo compreende posições contrárias ao encaminhamento por cotas como forma de resolver a situação da desigualdade social e racial no país. Trata-se, em linhas gerais, de considerações que destacam a importância de haver maior investimento na melhoria do ensino público para que seus alunos possam ser melhor preparados para o vestibular.

Nessa linha de propostas, tem-se a de se instituir mecanismos de acompanhamento de desempenho de alunos do ensino médio e/ou a criação de cursinhos pré-vestibulares voltados para a população negra e/ou de baixa renda. Ainda nessa mesma perspectiva de valorização do ensino público, a Universidade Estadual do Norte Fluminense e Universidade Estadual do Rio de Janeiro, conforme já indicado, prevê já para 2003 que metade de suas vagas seja destinada aos alunos da rede pública⁸.

Por fim, o terceiro grupo, com menos força e que enfrenta mais resistência, sobretudo no meio acadêmico, propõe o fim da gratuidade do ensino nas universidades públicas, sobretudo nas federais, e a adoção de alternativas de financiamento para alunos pobres e afro-descendentes. De acordo com várias considerações, provindas de diferentes atores do debate público sobre o tema, e em especial por parte dos porta-vozes deste terceiro grupo, as instituições públicas de ensino superior abrigariam predominantemente estudantes brancos, em sua maioria, oriundos de escolas de ensino médio particulares e de famílias com maior nível socioeconômico e de instrução. Com maior capital social e cultural, de acordo com esta visão, esses jovens teriam uma preparação mais adequada para competir por uma vaga nos grandes e concorridos exames vestibulares das universidades públicas. Certamente parte dessas considerações é verdadeira, mas não podemos inverter os dados do problema, porque essa é uma visão muito geral que nem sempre se apóia em dados de pesquisa. Se há ricos e brancos nas universidades públicas isso não é o mesmo que dizer que há mais pobres e negros ou pardos nas instituições privadas.

⁷ O Governo do Estado do Rio de Janeiro estipulou em 50% a proporção de vagas para alunos oriundos de escolas públicas; deste percentual, 40% das vagas serão destinadas apenas para negros. A medida está prevista para vigorar a partir de 2003 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Esta política não conta com o apoio irrestrito da comunidade acadêmica. Marcelo Paixão, por exemplo, economista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, embora defenda a adoção de cotas, entende a necessidade de se estudar políticas específicas de inclusão. Serguei Soares, pesquisador do IPEA, embora também seja a favor do sistema de cotas, considera, como Paixão, que a ação só funciona se for seguida de políticas públicas de apoio à minoria (Entrevista concedida ao *Jornal Folha de São Paulo*, 06/01/02, "Economista defende cotas para negros").

⁸ "Cotas sobre cotas", *Folha de São Paulo*, 13/10/2001, São Paulo.

O estudo, anteriormente já mencionado, de Sampaio, Limongi e Torres (2000) com base nos dados do Exame Nacional de Cursos de 1999, por exemplo, mostra que as universidades públicas formam mais estudantes negros ou pardos (20,1%) do que as universidades privadas (12%). Com efeito, dados como esses sobre a presença de negros e pardos entre concluintes do ensino superior são fundamentais para questionar caracterizações estereotipadas da universidade pública as quais levam, muitas vezes, à formulação de medidas também estreitas para responder ao problema da inequidade racial no ensino superior.

O que essas diferentes e até conflitantes propostas têm em comum é o fato de atribuírem à entidade “universidade pública” o papel central na reversão da desigualdade no sistema educacional brasileiro. Ao fazê-lo, tais propostas podem desencadear uma situação de dimensões não previstas no âmbito do setor público de ensino superior. Uma delas, por exemplo, que não vem sendo discutida a contento, é como se dará à absorção, o aprendizado e a formação acadêmica e profissional de um público tão diversificado e que nem sempre apresenta o mesmo nível de preparo educacional exigido. Além do problema imediato do comprometimento da qualidade do ensino, o não enfrentamento desse problema pode vir a ter repercussões, a médio e longo prazos, tanto no nível individual, da trajetória acadêmica do aluno, como no nível da instituição e do sistema de ensino superior em seu conjunto, bastante drásticas. Um dos efeitos perversos, e raramente levados em conta na proposição dessas medidas, é o agravamento do problema da evasão escolar. O reconhecimento desses eventuais, porém já previsíveis, impactos negativos que as propostas de cotas podem desencadear é que tem gerado muitas controvérsias no debate público.

Certamente os temas em foco são fundamentais – e não podem ser olvidados - na reflexão sobre as distorções que ocorrem na sociedade brasileira, especialmente a da exclusão racial, para divulgá-las, para dar a elas o relevo necessário no debate de políticas educacionais que devem envolver tanto a questão do acesso como a da permanência dos estudantes afro-descendentes no ensino superior. Caso contrário, estar-se-á apenas transferindo o momento da exclusão - de entrada para o do percurso universitário – sem efetivamente dar respostas satisfatórias à necessidade de promover, no nível individual, adequação de desempenho, tampouco, considerando-se o sistema educacional como um todo, a de instituir mecanismos eficazes de inserção, permanência e de aprendizado das crianças e jovens negros.

Estudantes universitários - Brasil e Estado de São Paulo

Tendo sempre em conta que 12% da população branca entre 18 e 15 anos estão na universidade contra apenas 2% da população negra nesta mesma faixa etária, pergunta-se: como se distribui o estudantado no sistema nacional de ensino superior e no paulista, em especial?

Apesar de os dados de matrículas no ensino superior não estarem discriminados por cor nem por faixa etária, alguns outros indicadores nos permitem inferir características muito gerais desse alunado de terceiro grau, mas em especial, da composição dos sistemas nacional e paulista de ensino superior.

A Tabela 2 mostra que atualmente a maioria das matrículas no sistema nacional de ensino superior está no turno noturno e que mais de 60% estão no setor privado. As mulheres também são mais da metade dos estudantes universitários.

Tabela 2: Matrícula de ensino superior por sexo e turno segundo a dependência administrativa Brasil e São Paulo – 1999

Brasil e São Paulo e dependência administrativa	Matrícula	Matrícula por sexo		Matrícula por turno	
		Masculino	Feminino	Diurno	Noturno
Brasil					
Total	2.369.945	1.051.552	1.318.393	1.048.887	1.321.058
Pública					
Federal	18,8	37,2	33,4	33,2	7,2
Estadual	12,7	21,1	16,7	15,5	10,6
Municipal	3,6	12,6	12,9	2,4	4,7
Privada	64,9	29,1	36,9	49,0	77,5
São Paulo					
Total	740.113	338.115	401.998	263.694	476.419
Pública					
Federal	0,9	1,1	0,8	2,2	0,2
Estadual	10,7	13,1	8,7	20,6	5,3
Municipal	4,8	4,8	4,7	3,6	5,4
Privada	83,6	81,0	85,8	73,7	89,1

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados do Ministério da Educação (2000)

As matrículas no segmento das universidades estaduais representam apenas 12% das matrículas do sistema nacional e 10% do sistema paulista. Por esses números têm-se clara idéia do reduzido peso deste segmento - o das universidades estaduais - fora do Estado de São Paulo; constatam-se, ainda, neste Estado, a diminuta participação do segmento federal - menos de 1% - e a predominância - mais de 80% - do setor privado no total de matrículas de ensino superior.

A Tabela 3, por sua vez, apresenta a dinâmica da relação demanda/oferta de vagas no sistema nacional e no sistema paulista de ensino superior, complementando os dados de distribuição de matrículas. Como se vê, a relação candidatos/vaga no país é de 3,7, sendo que tanto nas universidades públicas federais e como nas estaduais essa relação situa-se bem acima da média nacional, em 8,3 e 9,6 respectivamente. Já nas instituições privadas, a relação candidatos/vaga encontra-se pouco abaixo da média (2,3) e, conseqüentemente, bem abaixo das proporções encontradas nas universidades federais e nas estaduais.

Tabela 3: Vagas, inscritos, ingressantes e concluintes por dependência administrativa Brasil e São Paulo – 1999

Brasil e São Paulo e dependência administrativa	Vestibular				Concluintes
	Vagas oferecidas	Candidatos inscritos	Ingressos no vestibular	Relação candidato vaga	
Brasil					
Total	894.390	3.344.273	744.024	3,7	300.761
Pública					
Federal	11,2	28,6	13,3	8,3	17,6
Estadual	9,6	23,1	11,1	9,6	13,5
Municipal	3,7	2,3	3,9	2,3	3,9
Privada	75,5	46,0	71,7	2,3	65,0
São Paulo					
Total	316.010	901.117	242.049	2,9	108.590
Pública				8,7	
Federal	0,5	2,2	0,6	14,1	0,9
Estadual	5,5	26,8	7,3	13,7	10,5
Municipal	4,7	3,6	4,8	2,2	4,5
Privada	89,3	67,4	87,3	2,2	84,1

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados do Ministério da Educação (2000).

Considerando-se especificamente o Estado de São Paulo, vê-se que este concentra mais de 35% do total de vagas de ensino superior oferecidas no País. Nesse Estado, a relação candidato/vaga é de 2,9, abaixo, portanto, da média nacional e essa situação certamente deve-se à dimensão de seu setor privado. Com efeito, quase 90% de suas vagas de ensino superior são oferecidas por instituições privadas. Em contrapartida, no Estado de São Paulo, a relação candidato/vaga nas universidades públicas, tanto nas federais como nas estaduais (em torno de 14,0) é quase sete vezes a relação apresentada pelo setor privado em seu conjunto (2,2).

Além de uma extensa oferta de ensino superior privado, outra característica do sistema paulista, certamente associada à primeira, é a desconcentração regional e a interiorização dos estabelecimentos de ensino superior (Sampaio e col., 2000). Hoje, metade do total de 645 municípios paulistas, entre os de pequeno e médio portes, oferecem pelo menos um curso de nível superior, sem contar os *campi* de universidades públicas e universidades privadas de grande porte instaladas em cidades médias e grandes do interior paulista. De acordo com os dados, 45,6% das matrículas de ensino superior no Estado estão no interior e destas, 77,6% estão em instituições privadas.

Em relação à distribuição das matrículas por área do conhecimento, conforme se vê na Tabela 5, o Estado de São Paulo, coerente e, dado o seu peso, moldando o que ocorre em nível nacional, apresenta uma forte concentração na área de Ciências Sociais Aplicadas (quase metade das matrículas). Responsável por essa concentração, são as matrículas no setor privado; enquanto no setor público paulista as matrículas nas Ciências Sociais Aplicadas representam cerca de um quarto do total, no setor privado elas são mais da metade. Tomando as matrículas na região metropolitana de São Paulo e no interior do Estado, constatam-se aspectos interessantes da dinâmica público/privado, capital e interior e área do conhecimento. O primeiro é uma distribuição de matrículas que já tende ao equilíbrio entre o setor público e o privado tanto no interior como na região metropolitana em áreas do conhecimento como Ciências Humanas, Ciências Biológicas e Ciências da Saúde; tende ao equilíbrio porque na primeira área como na área de Linguística Letras e Artes, por exemplo, o percentual de matrículas em instituições públicas é ainda maior na região metropolitana, ocorrendo o contrário com as Ciências Biológicas e as Ciências da Saúde, nas quais os percentuais de matrículas no setor público no interior são ligeiramente maiores que no privado.

Em suma, o que os dados da Tabela 5 indicam é a forte presença do ensino superior privado no Estado de São Paulo, tanto no interior como na capital. Até mesmo em áreas do

conhecimento até recentemente tidas como exclusivas do ensino superior público, como Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra ou Engenharia /Tecnologia, a participação do setor privado em termos de matrículas já é significativa.

**Tabela 4: Matrícula na graduação por área de conhecimento e dependência administrativa
Estado de São Paulo - 1998 (em porcentagem)**

	Dependência Administrativa	Ciências Agrárias	Ciências Biológicas	Ciências da Saúde	Ciências Exatas e da Terra	Ciências Humanas	Ciências Sociais Aplicadas	Engenharia/Tecnologia	Linguística, Letras e Artes	Total
Estado de São Paulo*	Total	1,8	1,8	13,4	9,4	11,6	48,3	8,7	4,9	740.113
	Pública	4,6	3,0	15,7	25,7	17,6	25,2	16,8	7,7	121.415
	Privada	1,2	1,5	13,0	8,3	11,4	52,8	7,3	4,4	618.698
Região Metropolitana de São Paulo*	Total	0,7	1,6	11,5	8,6	10,5	53,1	9,2	5,0	402.243
	Pública	1,0	1,8	11,2	12,5	12,2	33,4	16,8	11,0	45.881
	Privada	0,6	1,5	11,6	8,0	10,2	55,6	8,3	4,9	356.362
Interior	Total	3,1	2,0	15,6	10,3	13,0	42,6	8,4	5,0	337.870
	Pública	6,9	3,7	18,1	15,9	12,6	20,3	16,8	5,7	75.534
	Privada	2,0	1,5	14,8	8,7	13,1	49,1	6,0	4,7	262.336

Fonte: Tabela elaborada com base em dados do Ministério da Educação, Pesquisas Educacionais e Fundação Sistema de Análise de Dados (1999)

- Inclui a Capital de São Paulo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barros, R. P.; Henriques, R. e Mendonça, R. (2001) *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Barros, R.P. Mendonça, R.; Santos, D.D. e Quintaes, G. (2001). *Determinantes do desempenho educacional no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Barros, R.P.; Henriques, R. e Mendonça (2002) *Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Cardoso, R. C. L. e Sampaio, H. (1994) Estudantes Universitários e o trabalho. *Revista de Ciências Sociais*. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 26:30-50.
- Coordenadoria de Assistência Social Acadêmico Juventude Universitária (1998) *A universidade e a identidade da condição estudantil: um estudo sobre a situação sócio-econômica, níveis de saúde e modo de vida dos estudantes da USP*.
- Durham, E.R. (2002) A universidade e o ensino. *Documento de Trabalho NUPES 01/02*. São Paulo: NUPES.
- Foracchi, M. (1968) “O estudante universitário: Resultados iniciais de uma investigação sociológica – a juventude e a realidade” In *Documentos 3*; Fundação Universitária Mendes Pimentel.
- Henriques, Ricardo (2001) *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2001) *Síntese de Indicadores Sociais 2000*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Ministério da Educação (1999) MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.
- Ministério da Educação (2000) *Sinópsse Estatística do Ensino Superior: Graduação - 1999*. Brasília: MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

- Ministério da Educação (2001) *Sinótese Estatística do Ensino Superior 2000*. Brasília: MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.
- Pastore, J. e Silva, N. V. (2001) *Análise dos processos de mobilidade social no Brasil no último século*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- Ramos, L. e Vieira, M.L. (2001) *Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Sampaio, H. (2000) *O ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: FAPESP/Hucitec.
- Sampaio, H.; Limongi, F. e Torres, H. (2000) Equidade e heterogeneidade no ensino superior. São Paulo: *Documento de Trabalho NUPES 01/00*.
- Universidade Federal de Minas Gerais (1997) *Relatório: Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação da UFMG*. Belo Horizonte: UFMG.

REPORTAGENS DA IMPRENSA

- Administração domina 3º grau. *Estado de Minas*, 20/01/2002.
- Brasil lidera comissão que negocia acordo. *Folha de São Paulo*, 04/09/01.
- Cotas sobre Cotas. *Folha de São Paulo*, 13/12/01.
- Cursos se concentram em poucos Estados, *Folha de São Paulo*, 30/01/00.
- De dez novas faculdades, nove têm Administração. *Jornal da Tarde*, 12/04/00.
- Economista defende cotas para negros. *Folha de São Paulo*, 06/01/02.
- Ensino superior cresce torto. *Folha de São Paulo*, 30/01/00.
- Interior vive ebulição das universidades. *Zero Hora*, 13/01/02.
- Ministério aprovou mais vagas em 99. *Folha de São Paulo*, 30/01/00.
- Negros divergem sobre cotas. *Jornal do Brasil*, 16/12/01.
- Particulares ampliam vagas mais rápidos, *Folha de São Paulo*, 20/06/00.
- Reserva de vagas, só com R\$ 10 milhões. *O Globo*, 20/12/01.